

Congresso

Só privilégios. E 'eles' acham pouco

Paraplégico, trigêmeos para sustentar, o deputado estadual Cláudio Vereza, do PT do Espírito Santo, sente-se um marajá com o seu contracheque de Cz\$ 45 mil, embora seja um dos mais baixos salários pagos a parlamentares no País. Afinal, até a eleição de novembro, como a maioria dos brasileiros, Vereza ganhava salário mínimo trabalhando como agente pastoral da Arquidiocese de Vitória. Ele é um caso único. Do alto de seus vencimentos, engordados por subsídios de toda ordem, os parlamentares queixam-se de baixos salários, pedem mais e ainda reclamam da péssima imagem de políticos que ganham sem trabalhar.

Os privilégios dos parlamentares brasileiros variam de acordo com o tamanho e a riqueza de seus Estados. Em alguns deles, de menor porte, deputados realmente recebem menos que seus colegas de Estados mais ricos. Ainda assim, seus salários palram absolutos sobre os rendimentos do grosso de seus eleitores. Mais ou menos, porém, todos partilham de

uma grande vantagem: a maior parte dos seus vencimentos (a chamada parte variável) está livre das garras do leão do Imposto de Renda — o mesmo leão que leva uma parcela considerável dos salários de contribuintes sem mandato.

O Estado de Minas, conhecido pela matreirice, está na frente na bolsa de privilégios. Seus 77 deputados recebem salários mensais de Cz\$ 152 mil, não gastam com transporte e correios e desfrutam de uma cômoda aposentadoria depois de apenas um mandato de quatro anos. Basta contribuir com outros quatro anos para o Instituto de Previdência do Legislativo de Minas Gerais para ter, na época da aposentadoria, redimentos equiparados aos dos deputados em atividade.

Mas os tentáculos dos privilégios mineiros vão mais longe. Cada deputado obteve um crédito de Cz\$ 250 mil na Caixa Econômica Estadual, a título de "antecipação salarial", a serem pagos em dez parcelas de Cz\$ 25 mil, sem juros nem correção monetá-

ria. Entre 1982 e 1985, os parlamentares também adquiriram veículos Fiat sem o pagamento do ICM e do IPI. Se pertencerem ao partido da situação, conseguem outras vantagens, como a de usar aviões do governo para visitar cabos eleitorais e interferir na indicação de correligionários para cargos estaduais.

É pouco para o deputado Wellington de Castro, líder do PDT na Assembleia Legislativa de Minas: "Deveríamos ganhar quatro vezes mais" — disse ele ao protestar contra a decisão da Casa, de não disparar o gatilho salarial em fevereiro. E explicou: "Somos nós, deputados, que distribuímos cadeiras de rodas e remédios e pagamos viagens e passagens aos necessitados".

São Paulo vai ameaçar Minas, mesmo de longe, se o gatilho salarial for disparado para os vencimentos de fevereiro. Atualmente, os deputados paulistas recebem cerca de Cz\$ 80 mil mensais, cifra que pode chegar a Cz\$ 96 mil, com o disparo do gatilho, e ultrapassar os Cz\$ 100 mil se

forem convocadas algumas sessões extraordinárias. Nesses casos, os parlamentares são agraciados com o pagamento de *jetons* — ou seja, são pagos para cumprir a obrigação de comparecer às discussões dos projetos. Aliás, parte dos vencimentos corresponde a *jetons* de finais de semana, feriados e recesso parlamentar, quando simplesmente não há sessões. Houve tempo em que eles recebiam pelas sessões efetivamente realizadas.

No salário dos parlamentares paulistas está incluída a verba de transporte, embora todos os deputados tenham um carro oficial, dois motoristas e um tanque de gasolina por dia, pagos pelo Estado. Já o auxílio moradia, criado para facilitar o trabalho de parlamentares do Interior, é pago até a quem mora na Capital. Isso sem falar na aposentadoria, a partir de oito anos de mandato, correspondente a 50% do total dos subsídios. Esse percentual cresce na medida em que se eleva o número de mandatos exercidos. Para comple-

tar, o Imposto de Renda incide apenas sobre a parte fixa dos rendimentos — Cz\$ 13.958,47.

BAIANOS INCOMPREENDIDOS

Raimundo Caires, do PMDB, e Luiz Cabral, do PFL, ambos da Assembleia Legislativa da Bahia, julgaram-se incompreendidos e se irritaram com a imagem de políticos cercados de regalias. Para eles, os Cz\$ 80 mil pagos mensalmente pelos contribuintes baianos representam um dos mais baixos salários do País. Segundo Caires, 40% do total são gastos no atendimento ao eleitorado — passagens, hospedagens, doações — e também com roupas. "Afinal, o cargo exige que se ande bem vestido. A Assembleia Legislativa da Bahia é a mais austera do Brasil" — vangloriasse.

Também o Rio de Janeiro está no patamar dos Cz\$ 80 mil mensais, insuficiente, segundo o deputado Cláudio Moacyr, do PDT, para atender às necessidades dos parlamenta-

res. "Chega um eleitor e pede uma bola; temos de comprar. Chega outro e pede material escolar, e temos de comprar. Precisamos atender até outros favores, pois, do contrário, quando chegar a eleição e pedimos votos, eles vão dizer que não demos a bola, não compramos o material escolar, etc." Nesse esquema, Cláudio Moacyr garante-se na vida pública há 20 anos.

O parlamentar assegura que não há excessos nos vencimentos. Todos os deputados têm carro oficial à disposição, mas a despesa com combustível é controlada: se passar dos 600 litros mensais, cada um paga do próprio bolso. Verba de representação não existe. Mas, se houver um convite para uma reunião da União Parlamentar no Exterior, tudo corre por conta da Assembleia Legislativa. "Aposentadoria, não; é pensão" afirma o pedetista, primeiro-secretário da Casa. Basta contribuir oito anos com o Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa.